

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Fevereiro de 2010	1
Operações de Cobertura (Parte IV) – Exemplo Ilustrativo	2
Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2010 – Algumas Notas	7
Revisores e Auditores	12

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – FEVEREIRO DE 2010

Banco de Portugal – Aviso n.º 1/2010, de 9 de Fevereiro - Estabelece, relativamente às instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, deveres de divulgação de informação sobre a política de remuneração dos respectivos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e de outros colaboradores que possam ter impacto material no perfil de risco das instituições.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Declaração n.º 23/2010, de 10 de Fevereiro - Declaração periódica de rendimentos modelo 22 e instruções.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Regulamento da CMVM N.º 1/2010, de 1 de Fevereiro - Governo das Sociedades Cotadas.

Direcção Geral dos Impostos - Direcção de Serviços de Planeamento e Coordenação da Inspeção Tributária - Ofício-Circulado n.º 50014, de 10 de Fevereiro - Submissão da declaração IES/DA relativa a cessações de actividade ocorridas durante o ano de 2010 e a períodos de tributação diferentes do ano civil iniciados em 2010.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Decreto-Lei n.º 12/2010, de 19 de Fevereiro – Cria as sociedades financeiras de microcrédito. De referir que as sociedades financeiras de microcrédito são sociedades que têm por objecto a prática de operações de concessão de crédito de montantes reduzidos, a particulares e a empresas, para desenvolver uma actividade económica, o aconselhamento dos mutuários e o acompanhamento dos respectivos projectos.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Portaria n.º 99/2010, de 15 de Fevereiro - Estabelece uma medida excepcional de apoio ao emprego para o ano de 2010 que se traduz na redução de um ponto percentual da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora.

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

OPERAÇÕES DE COBERTURA (PARTE IV) – EXEMPLO ILUSTRATIVO

Introdução

Conforme referido nas ORA Newsletters nº 33, 34 e 36, as operações de cobertura têm como principal objectivo mitigar/anular o impacto dos riscos económicos na *performance* das empresas, evitando a volatilidade dos resultados, uma vez que cobertura significa designar um ou mais instrumentos de cobertura para que as variações nos seus justos valores ou fluxos de caixa compensem, no todo ou em parte, as variações no justo valor ou fluxos de caixa dos instrumentos cobertos, associadas a determinado risco.

A IAS 39 define três tipos de cobertura, designadamente a cobertura de justo valor, a cobertura de fluxos de caixa e a cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. No exemplo seguinte vamos abordar uma operação de cobertura de fluxos de caixa, que consiste em fixar a taxa de juro de um empréstimo obrigacionista emitido a taxa variável através de um *swap* de taxa de juro (IRS).

Exemplo Ilustrativo:

- A empresa X é uma empresa portuguesa, cuja moeda funcional é o Euro (EUR) e tem data de reporte a 31 de Dezembro.
- Em 1/Jan/20x1 a empresa X emitiu obrigações, no montante de 2 milhões de euros, a taxa variável, as quais foram inicialmente emitidas ao par à taxa de 6%, e com uma maturidade de 3 anos.
- A taxa variável para estas obrigações, em vigor para cada período anual, é determinada pela taxa Euribor a 12 meses (Eur12M), em 31 de Dezembro do ano anterior.
- Os juros do empréstimo obrigacionista são pagos anualmente em 31 de Dezembro.
- Não existiram custos de transacção com esta emissão.
- É expectável uma subida da taxa de juro Eur12M, pelo que a administração da empresa decidiu fixar a taxa de juro do empréstimo obrigacionista, contratando em 1/Jan/20x1 um IRS a 3 anos, com um valor nominal de 2 milhões de euros, para receber taxa variável (Eur12M) e pagar taxa fixa de 6%.

Taxas de juro Eur 12M:

DATA	31/Dez/20x0	31/Dez/20x1	31/Dez/20x2
EUR 12M	6%	7%	5%

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

Nota: Para efeitos de simplificação dos cálculos apresentados, considerou-se o pressuposto que a taxa de juro a fixar em cada 31 de Dezembro para liquidação nos anos seguintes (taxa *forward*) é igual à taxa de juro Eur12M evidenciada no quadro acima.

Designação da Cobertura:

A empresa X preparou a seguinte documentação em 1/Jan/20x1 para designar a relação de cobertura:

1. **Objectivo e estratégia de gestão de risco:** o objectivo da relação de cobertura é o de eliminar as flutuações nos fluxos de caixa (juros) do empréstimo decorrentes do risco da taxa de juro, durante o período da relação de cobertura, que é coincidente com o tempo de vida do IRS. Deste modo, a administração decidiu fixar o custo do financiamento à taxa de 6%.
2. **Tipo de relação de cobertura:** cobertura de fluxos de caixa prevista na IAS 39.
3. **Natureza do risco a cobrir:** risco de taxa de juro (cobertura da variação do valor dos juros a pagar do empréstimo atendendo às alterações da taxa de juro Eur12M). Assume-se que o risco de contraparte do derivado é nulo.
4. **Identificação do instrumento de cobertura:** o instrumento de cobertura é um IRS a 3 anos, com valor nominal de 2 milhões de euros, data de transacção em 1/Jan/20x1 e data de maturidade em 31/Dez/20x3; os pagamentos de juros são anuais em cada 31 de Dezembro; a empresa recebe taxa variável Eur12M e paga taxa fixa de 6%.
5. **Designação de cobertura:** as variações no justo valor do *swap* são designadas para cobertura das variações dos juros do empréstimo, atribuídas a alterações da taxa Eur12M.
6. **Identificação do instrumento coberto:** o instrumento coberto consubstancia-se no empréstimo de 2 milhões de euros com data de início em 1/Jan/20x1 e data de maturidade em 31/Dez/20x3, com um cupão de taxa variável Eur12M e pagamento de juros anual em 31/Dez/20x1, 31/Dez/20x2 e 31/Dez/20x3.
7. **Descrição do teste de eficácia:** (i) teste prospectivo: comparação dos termos críticos e análise de sensibilidade desenvolvida através da comparação do efeito de uma variação de 100 pontos base na taxa de juro variável, no justo valor do *swap* e nos fluxos de caixa de cobertura; e (ii) teste retrospectivo: *dollar offset method*, o qual consiste no rácio das variações no justo valor do IRS a dividir pelas variações nos fluxos de caixa do empréstimo, associadas a alterações da taxa de juro Eur12M. O teste prospectivo será realizado no início da cobertura e em cada data de reporte, e o teste retrospectivo será efectuado a cada data de reporte, após o início da cobertura.

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

Tratamento Contabilístico e Testes de Eficácia

1/Jan/20x1

Nesta data a empresa testou a eficácia da cobertura prospectivamente tendo concluído que a cobertura será altamente eficaz.

Em termos contabilísticos salientamos os seguintes aspectos: (i) emissão do empréstimo obrigacionista no montante de 2 milhões de euros; e (ii) o justo valor do IRS, o qual é determinado através do valor actual dos fluxos de caixa do derivado, é nulo no início da cobertura (taxa fixa = taxa variável = 6%), não havendo qualquer registo contabilístico a efectuar, para além do registo do seu valor nominal em contas extrapatrimoniais.

(Milhares de Euros)

DATA	BALANÇO			
	Empréstimo Obrigacionista		Disponibilidades	
1/Jan/20x1		2.000	2.000	

31/Dez/20x1

No final de cada período anual a empresa procede à consolidação dos fluxos dos juros do IRS que se vencem em cada período, liquidando apenas o diferencial dos mesmos. No final do 1º ano as taxas de juro fixa e variável, são iguais, pelo que não existirá qualquer troca de fluxos.

Haverá, no entanto, lugar ao pagamento e registo contabilístico dos juros do empréstimo no montante de 120 mil euros.

A taxa de juro *forward* fixa-se em 7% e a taxa fixa é 6%, logo a empresa espera receber um diferencial de 20 mil euros em cada um dos próximos dois anos. Deste modo, o justo valor do *swap*, em 31/Dez/20x1, ascende a 36.160 euros¹.

Com base no teste retrospectivo efectuado, verificou-se que a cobertura foi 100% eficaz, pelo que a totalidade da variação no justo valor do *swap* (36.160 euros) será registada no capital próprio, apenas sendo reclassificado para resultados quando o instrumento coberto afectar resultados.

A empresa avaliou igualmente a eficácia da cobertura prospectivamente, tendo utilizado os mesmos métodos que utilizou no início da cobertura (comparação dos termos críticos mais análise de sensibilidade). Do teste efectuado concluiu que a cobertura será altamente eficaz.

¹ Justo valor IRS = $(7\% \times 2.000.000 - 6\% \times 2.000.000) / 1,07 + (7\% \times 2.000.000 - 6\% \times 2.000.000) / 1,07^2$

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

(Milhares de Euros)

DATA	BALANÇO					DR	
	Instrumento Derivado Swap	Reserva Cobertura Fluxos de Caixa		Disponibilidades		Juros Financeiros	
						Custos	Proveitos
31/Dez/20x1	36		36		120	120	

31/Dez/20x2

A empresa recebe 20 mil euros de juros do IRS e paga 140 mil euros de juros do empréstimo obrigacionista, mediante a aplicação de uma taxa de juro variável de 7%, ou seja 100 pontos base acima da taxa fixa. Existe assim uma perda no instrumento coberto de 20 mil euros, uma vez que o custo desejado do financiamento é 6% e pagou 7%. Face ao exposto, nesta data o instrumento coberto afectará resultados em 20 mil euros, pelo que parte da variação do justo valor do *swap* registada em capital próprio será transferida para resultados para cobrir esta perda dos fluxos de caixa do empréstimo.

Por outro lado, o justo valor do *swap* altera-se novamente uma vez que a taxa de juro *forward* fixa-se em 5% e a taxa fixa é 6%, logo a empresa espera pagar um diferencial de 20 mil euros no próximo ano. O justo valor do *swap*, em 31/Dez/20x2, é negativo e ascende a -19.048 euros², sendo o valor registado no Balanço ajustado para o justo valor apurado por contrapartida de capital próprio, uma vez que com base no teste retrospectivo efectuado, verificou-se que a cobertura foi 100% eficaz.

A empresa avaliou também a eficácia da cobertura prospectivamente, tendo concluído que a cobertura será altamente eficaz.

(Milhares de Euros)

DATA	BALANÇO					DR	
	Instrumento Derivado Swap	Reserva Cobertura Fluxos de Caixa		Disponibilidades		Juros Financeiros	
						Custos	Proveitos
Saldo inicial	36		36	1.880			
31/Dez/20x2		20		20	140	140	
			20				20
		35	35				
Saldo Final	19	19		1.760		120	

² Justo valor IRS = $(5\% \times 2.000.000 - 6\% \times 2.000.000) / 1,05$

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

31/Dez/20x3

Nesta data, que corresponde à data de finalização da operação, ocorre o vencimento do empréstimo e do IRS.

A empresa paga 20 mil euros de juros do IRS e 100 mil euros de juros do empréstimo obrigacionista, mediante a aplicação de uma taxa de juro variável de 5%, ou seja 100 pontos base abaixo da taxa fixa, pelo que existe um ganho no instrumento coberto de 20 mil euros. Deste modo, nesta data o instrumento coberto afectará novamente resultados, pelo que parte da variação do justo valor *swap* registada em capital próprio será transferida para resultados para cobrir este ganho dos fluxos de caixa do empréstimo.

Conforme atrás referido, o IRS atinge a sua maturidade pelo que o seu justo valor é zero, ajustando-se o valor registado no Balanço.

(Milhares de Euros)

DATA	BALANÇO						DR	
	Instrumento Derivado Swap		Empréstimo Obrigacionista		Reserva Cobertura Fluxos de Caixa		Juros Financeiros	
							Custos	Proveitos
Saldo inicial		19		2.000	19	1.760		
31/Dez/20x3	20						20	
							100	
					20		20	
	1			1				
			2.000				2.000	
Saldo final							360	120

- Cláudia Reis -

Bibliografia

- Normas Internacionais de Relato Financeiro (2004), Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
- Normas Internacionais de Relato Financeiro (2004) – Guia de Implementação da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
- Revista dos Técnicos Oficiais de Contas n.º 86 – Maio de 2007; artigo: contabilização de swaps.

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010

O Orçamento do Estado para 2010 foi aprovado, na generalidade, no passado dia 11 de Fevereiro, encontrando-se em discussão e votação na especialidade, estando agendada para o próximo dia 12 de Março a votação global do diploma.

Não obstante o referido, consideramos oportuno a enumeração das principais medidas de natureza fiscal previstas no documento, ainda que possam ser objecto de alterações decorrentes da respectiva discussão e aprovação na especialidade, situação que daremos nota, caso se justifique, na próxima ORA Newsletter.

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

Remunerações variáveis pagas a administradores, gerentes e gestores

- Aplicação de tributação autónoma, à taxa de 35%, sobre bónus e outras remunerações variáveis, quando representem mais de 25% da remuneração anual e um valor superior a 27.500 euros (excepto se o seu pagamento estiver subordinado ao diferimento de parte não inferior a 50% por período mínimo de 3 anos e condicionado ao desempenho positivo da sociedade ao longo desse período).
- É aplicada uma tributação autónoma excepcional para o sector financeiro, à taxa de 50% no caso de bónus e outras remunerações variáveis, pagos ou apurados em 2010, quando superiores a 25% da remuneração anual e de valor superior a 27.500 euros.

Outros encargos sujeitos a tributação autónoma

- Aparentemente, por lapso, é revogada a tributação autónoma, à taxa de 5%, relativamente aos encargos dedutíveis incorridos a título de ajudas de custo e à compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturados a clientes. Situação idêntica verificada com o regime geral da tributação autónoma das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas. Aquando da aprovação da Proposta de Lei, procederemos ao devido esclarecimento desta questão.

Limitação à utilização de benefícios fiscais

- O IRC liquidado não pode ser inferior a 75% (60% anteriormente) do montante que seria apurado na ausência de benefícios fiscais / regimes fiscais especiais, existindo desta forma uma diminuição da possibilidade de utilização de benefícios fiscais por via da limitação do IRC liquidado.

Regime simplificado

- Revoga-se o regime simplificado de determinação do lucro tributável, mantendo-se os sujeitos passivos abrangidos por este regime, nas situações em que o período de validade ainda esteja em curso no primeiro dia do período de tributação que se inicie em 2010, até ao final do referido período. De referir, que existe a possibilidade de optar pela aplicação

7/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

das taxas normais de IRC, sendo tal opção exercida na declaração periódica de rendimentos.

- A eliminação das várias referências ao regime simplificado incluídas no CIRC, bem como a revogação das disposições relativas a este regime, que se encontra suspenso, produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Alargamento do regime da eliminação da dupla tributação económica e do regime de isenção de retenção na fonte sobre lucros distribuídos

- Regime de isenção na retenção na fonte e exclusão de tributação de dividendos respectivamente distribuídos e recebidos no Espaço Económico Europeu, desde que sejam preenchidos os requisitos e condições previstos, com as necessárias adaptações, no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990.

Limite das depreciações de viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos eléctricos

- O limite do valor de aquisição, ou de reavaliação, relevante para efeitos de depreciação passa a ser fixado por Portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, deixando de ter como limite o valor de 40.000 euros.

Pagamento especial por conta (PEC)

- A regra de incidência do PEC aplicável aos sujeitos passivos de IRC que no período de tributação anterior àquele a que o mesmo respeita apenas tenham auferido rendimentos isentos é revogada (actualmente estes sujeitos passivos têm de efectuar um PEC de 1.000 euros, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 106.º).

Regime do reinvestimento

- Os títulos do Estado Português deixam de ser elegíveis para efeitos da aplicação do regime de reinvestimento dos valores de realização de transmissão onerosa de partes de capital.

Impostos Indirectos

Inversão do sujeito passivo - adquirentes de serviços relativos a licenças de CO2

- Consagração do princípio de aplicação do IVA pelo cliente (auto-liquidação) relativamente aos adquirentes de direitos de emissão, reduções certificadas de emissões ou unidades de redução de emissões de gases com efeito de estufa.

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

Recuperação de IVA nos créditos incobráveis

- Adequação ao Código de Processo Civil das regras de recuperação de IVA sobre créditos considerados incobráveis em processo de execução.
- Alargamento da possibilidade de recuperação do IVA sobre créditos considerados incobráveis aos casos de acordo obtido em procedimento extrajudicial de conciliação.

Comprovativo de exportação

- Alargamento de 60 para 90 dias do prazo para os exportadores entregarem ao seu cliente o comprovativo da exportação (o qual legitima a aplicação da isenção de IVA).

Evasão fiscal ligada às importações

- A isenção de IVA aplicável às importações de bens em virtude de subsequentes transmissões intracomunitárias passa a exigir determinados documentos adicionais, facultados pelos importadores, que comprovem tais operações.

Imposto sobre veículos (ISV)

- ISV mais dependente das emissões de CO2 e fim da aplicação do IVA sobre o ISV, substituído por incremento deste na mesma proporção. De referir, que é adiado, para 2014, o início da tributação em ISV com base nas emissões de CO2 dos automóveis ligeiros de mercadorias e de utilização mista.
- O fim da aplicação do IVA sobre o ISV irá representar um agravamento fiscal da aquisição de veículos (incluindo por via de contratos de leasing ou ALD), uma vez que irá verificar-se uma diminuição do montante de IVA dedutível (não é custo) contra um aumento do ISV (que representa custo).

Eliminação de tributação em Imposto de Selo (IS)

- Revogação das normas de incidência relativas a entradas de capital, autos e termos efectuados perante tribunais e estabelecimentos públicos, escritos de quaisquer contratos, livros de escrituração, licenças, actos notariais, registos e averbamentos em conservatórias de bens móveis e publicidade.

Garantias a favor do Estado ou das instituições de Segurança Social

- Manutenção da isenção de IS aplicável à constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de Segurança social para suspensão de processos de execuções, em 2010.

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

Benefícios Fiscais

Criação líquida de emprego

- Os benefícios fiscais, em sede de IRC, à criação de emprego para jovens passam a ser cumuláveis com outros benefícios, durante o ano de 2010, nomeadamente em sede de Segurança Social.

Investigação & Desenvolvimento

- Aumenta-se de 50% para 70% a taxa incremental de dedução à colecta para as despesas relacionadas com a contratação de doutorados, ampliando-se igualmente o limite do incentivo de 1,5 milhões para 1,8 milhões de euros.

Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

- O Regime Fiscal de Apoio ao Investimento é prorrogado até 2010.

Veículos eléctricos

- São criados incentivos à aquisição de frotas de veículos exclusivamente movidos a energia eléctrica (majoração dos gastos em 2010 até 50% em sede de IRC, nos termos e condições previstas no artigo 34.º do respectivo Código com as alterações introduzidas pela presente lei).

Regime de incentivo às PME's

- Gastos relacionados com a primeira admissão de PME's a um mercado organizado de capitais com vista à dispersão do respectivo capital social (pelo menos 25%) serão majoráveis até 200%, durante um período de três anos.

Procedimento e Processo Tributário

Compensação de dívidas pela Administração Fiscal

- Implementação do mecanismo de compensação por iniciativa do contribuinte titular de créditos de natureza não tributária.

Juros de mora

- Alteração do regime dos juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas, os quais passam a ser apurados com base na média dos valores médios mensais das taxas Euribor 12 M, verificados nos últimos doze meses, acrescida de um diferencial de 5 pontos percentuais (actualmente fixada em 1% por cada mês ou fracção).

10/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

- Prevê-se o alargamento de 5 para 8 anos do prazo máximo de contagem dos juros de mora, nos casos em que a dívida tributária seja paga em prestações.

Alargamento do prazo de pagamento em prestações

- Alargamento até um máximo de 120 prestações mensais, no âmbito de processo de recuperação económica, quando se demonstre notória dificuldade financeira e previsíveis consequências económicas para os devedores, e a dívida exceda 500 unidade de conta (cerca de 51.000 euros).
- Adicionalmente, prevê-se que os planos prestacionais em curso possam ser reformulados de modo a ir ao encontro da regra agora estabelecida.

Suspensão do processo de execução fiscal

- Possibilidade de suspensão do processo de execução fiscal, após o termo do prazo de pagamento, mediante prestação de garantia e manifestação da intenção de reclamar ou impugnar judicialmente o acto em causa para discussão da legalidade ou da sua exigibilidade.

Programas informáticos de facturação

- Tipificação como contra-ordenação da utilização de programas ou equipamentos informáticos de facturação não certificados pela DGCI (coima de 250 euros a 12.500 euros).

Arbitragem fiscal

- Pedido de autorização legislativa para implementação da arbitragem fiscal, como forma alternativa de resolução jurisdicional de conflitos em matéria fiscal.
- É atribuída a mesma força executiva que às sentenças judiciais transitadas em julgado.

Nota:

Os aspectos atrás referidos são de natureza geral e meramente informativos, os quais devem ser confirmados após a aprovação global do Orçamento.

- Ivo Morais -

ORA newsletter

Nº 38 - Março/2010
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas emitiu, em 1 de Fevereiro de 2010, a Circular nº 7, na qual comunica a actualização do Manual do Revisor Oficial de Contas, integrando os seguintes novos assuntos:

- Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 825 – Relatório sobre os procedimentos e medidas adoptadas pelos intermediários financeiros para salvaguarda de bens de clientes no âmbito dos artigos 306º a 306º-D do Código dos Valores Mobiliários (“CVM”).
- Directriz de Revisão/Auditoria 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas.
- Regulamento Consolidado das Normas Internacionais de Relato Financeiro.